



**CONFORME SOLICITAÇÃO DO AUTOR, ESTA
PRODUÇÃO INTELECTUAL POSSUI
RESTRIÇÃO DE ACESSO**

**CAXIAS DO SUL
2021**



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO ACADÊMICO**

ÍCARO DA SILVEIRA FROTA

**PARQUES PÚBLICOS EM ÁREA TURÍSTICA, FORMA JURÍDICA E FUNÇÃO
SOCIAL:
ESTUDO DE CASO PARQUE DO PALÁCIO (CANELA/RS)**

**Canela
2022**

ÍCARO DA SILVEIRA FROTA

**PARQUES PÚBLICOS EM ÁREA TURÍSTICA, FORMA JURÍDICA E FUNÇÃO
SOCIAL:
ESTUDO DE CASO PARQUE DO PALÁCIO (CANELA/RS)**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade de Caxias do Sul, inserido na Linha de Pesquisa “Direito Ambiental, Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico”.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira

Canela

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

F941p Frota, Ícaro da Silveira

Parques públicos em área turística, forma jurídica e função social
[recurso eletrônico] : estudo de caso Parque do Palácio (Canela/RS) / Ícaro
da Silveira Frota. – 2022.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Direito, 2022.

Orientação: Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Direito de propriedade. 2. Parques - Aspectos jurídicos. 3. Parques -
Canela (RS). I. Silveira, Clóvis Eduardo Malinverni, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 347.258

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

ÍCARO DA SILVEIRA FROTA

**PARQUES PÚBLICOS EM ÁREA TURÍSTICA, FORMA JURÍDICA E FUNÇÃO
SOCIAL:
ESTUDO DE CASO PARQUE DO PALÁCIO (CANELA/RS)**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade de Caxias do Sul, inserido na Linha de Pesquisa “Direito Ambiental, Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico”.

Aprovado em 4 de abril de 2022.

Banca examinadora

Prof. Dr. Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Adir Ubaldo Rech
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Alexandre Altmann
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. José Isaac Pilati
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Márlio Aguiar
Universidade Federal do Paraná

Ao meu esteio: minha esposa Ariane, melhor amiga e companheira de todas as horas, fonte inesgotável de incentivo e força. À minha filha Lara. Por vocês procuro sempre ser melhor.

AGRADECIMENTOS

À minha avó Clara, pelo incentivo e carinho.

Ao Dr. Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira, querido amigo que me guiou ao longo desta pesquisa, tratando com especial atenção e entusiasmo os interesses que lhe apresentava, estruturando o pensar e qualificando argumentos. Foi mais que orientador. Obrigado pelas luzes, incentivos e compreensão com os momentos ímpares que passei.

Aos demais professores do programa, verdadeira elite do pensar jurídico-ambiental. Agradeço em especial pela visão múltipla e transdisciplinar na abordagem dos conteúdos, e pelo esforço em manter alto padrão em que pese os desafios das telas e do distanciamento.

À professora Dra. Daniela de Oliveira Miranda, por estimular a constante atualização acadêmica. Teu incentivo foi essencial para o início deste desafio.

À Francielly Pattis, pela gentileza, paciência, disponibilidade e maestria na condução das mais diversas questões.

Aos colegas da turma que tenho como a melhor de mestrado que já existiu, Sabrina Schenkel, Mariana Petry, Monique Carasai e Gabriel Braga, o G5! Especial conjunto de pessoas que entendeu, apoiou e incentivou uns aos outros em muitos desafios: juntos, escrevemos e organizamos três livros, conduzimos seminários e eventos, produzimos o PanaceaCast e ainda compartilhamos agruras da vida profissional, típicas da lida forense, que insistiam em dividir nosso foco acadêmico. A vocês agradeço e parablenizo por reconhecer igual esforço e dedicação. Terão para sempre meu maior respeito e apoio.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental Crítico, pela constante troca de conhecimentos, especialmente à oficina de projetos que teve importante papel neste trabalho. Oportunizar que pesquisadores de alto calibre contribuíssem foi fundamental para otimizar e melhor delinear os contornos do estudo.

Aos meus colegas de trabalho, Equipe Stopassola Advocacia, pela compreensão e apoio, em especial à advogada Carla Franciele Comiotto, sem a qual nem cogitaria me ausentar para estudos.

Aos Amigos do Parque do Palácio, pelo fomento documental.

Aos meus filhos de quatro patas Monalisa e Leopoldo, cujo ronronar embalou os muitos momentos de leitura.

Aos músicos Joca Martins, Mozart, Bach, Strauss, Debussy e tantos outros que proporcionaram trilhas sonoras para específicos momentos de foco e incentivo.

E, acima de todos, a Deus, além de tudo, por me fazer entender que estudar sempre foi e sempre será o maior dos privilégios!

“O conformismo é carcereiro da liberdade e inimigo do crescimento.”

John Kennedy

Discurso à Assembleia Geral da ONU (1961)

RESUMO

Esta pesquisa tem por tema analisar as modalidades jurídicas aplicáveis como solução para manter em funcionamento parques públicos em áreas turísticas, atingindo-se o cumprimento da função social. Trata-se de estudo de caso quanto ao que ocorre com o Parque do Palácio de Canela/RS em razão de seu fechamento ao público no ano de 2015 sob a justificativa de falta de recursos financeiros à sua manutenção. A divisão da disposição do conteúdo se deu em três blocos principais: o primeiro se dedica a analisar o Parque do Palácio de Canela/RS pelo prisma histórico, social, político e jurídico, prestando-se tal análise à compreensão futura das possibilidades de utilização e formas de manutenção do Parque sugeridas ao final. Tais recomendações são sustentadas pelo segundo ponto principal, que trata da inserção do Parque do Palácio de Canela/RS no atendimento da função social, seguido do terceiro e derradeiro ponto, que apresenta debate valorativo entre as modalidades jurídicas consideradas aptas a solucionar o problema apresentado, ventilando-se vantagens e desvantagens de cada uma para, ao final, ser apresentada conclusão atrelada a esta estrutura. Percorre-se o contexto legal de enquadramento de parques públicos, qual sua classificação enquanto tipo de propriedade e, por fim, qual a modalidade jurídica mais adequada para atingir a função social dele esperada. São visitados três modelos jurídicos que se entende como capazes de solucionar a questão: a) uso coletivo através de zoneamento que assim determine; b) conversão do espaço em área de especial interesse turístico; ou, ainda, c) uma transformação que o levasse à condição de Parque, nos moldes definidos pela Lei nº 9.985/00, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal Brasileira de 1988, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A pesquisa utiliza-se do método indutivo/investigativo a partir de um exemplo (caso), mediante o método dedutivo de aprendizagem: exploratório, descritivo e explanatório, pois particulariza conclusões, com abordagem qualitativa e procedimento de pesquisa bibliográfica documental. Quanto à finalidade, trata-se de pesquisa aplicada, uma vez que dirigida a responder os problemas levantados captando os aspectos essenciais que envolvam o contexto proposto. A investigação se vincula à linha de pesquisa “Direito Ambiental, Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico” por estudar diferentes moldes jurídicos existentes, aplicáveis como possíveis soluções ao problema em fomento. O estudo se justifica ante a relevância jurídica, sendo tema polêmico que envolve questão de competência, de titularidade do bem público, questões políticas/sociais e, também, pela inserção acadêmica junto à comunidade municipal propiciada por um estudo de caso.

Palavras-chave: parques públicos; função social; modalidades jurídicas; Parque do Palácio de Canela/RS.

ABSTRACT

The theme of this research is to analyze the legal modalities applicable as solution to keep public parks in operation in tourist areas, reaching the fulfillment of the social function. This is a case study on what happens to the Parque do Palácio located in Canela/RS due to its closing to the public in 2015 under the justification of lack of financial resources for its maintenance. The content disposition was divided into three main blocks: the first is dedicated to analyzing the Parque do Palácio through the historical, social, political and legal prism, providing such analysis to the future understanding of the possibilities of use and forms maintenance of the Parque do Palácio suggested at the end. Such suggestions are supported by the second main point, which deals with the insertion of Parque do Palácio to serve the social function, followed by the third and final point that presents an evaluative debate between the legal modalities considered capable of solving the problem presented, exploring advantages and disadvantages of each one, in order to, at the end, present a conclusion linked to this structure. The legal context of framing public parks is analyzed, what is its classification as a type of property and, finally, what is the most adequate legal modality to achieve its expected social function. Three legal models that were considered capable of solving the issue are visited: a) collective use through zoning that so determines; b) conversion of the space into an area of special tourist interest; or c) a transformation that would take it to the status of a Park, as defined by Law n. 9.985/00, that regulates art. 225, § 1, items I, II, III and VII, of the Brazilian Federal Constitution of 1988, establishing the National System of Nature Conservation Units. The research uses the inductive/investigative method from an example (case), through the deductive method of learning: exploratory, descriptive and explanatory because it particularizes conclusions, with a qualitative approach and procedure or technique of documentary bibliographic research. As for the purpose, it is applied research, as it is aimed at answering the problems raised by capturing the essential aspects that involve the proposed context. The investigation is linked to the research line “Environmental Law, Public Policies and Socio-Economic Development” for studying different existing legal frameworks, applicable as possible solutions to the problem under development. The study is justified in view of its legal relevance, being a controversial issue that involves a question of competence, ownership of the public good, political and social issues and also the academic insertion in the municipal community provided by a case study.

Key-words: public parks; social function; legal modalities; Parque do Palácio Canela/RS.